

DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF

Termo de Referência 56/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2025	200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF	CRISTIANO DA CUNHA DUARTE	21/09/2025 08:14 (v 0.7)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	143/2025	08059.000562/2024-75

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08059.000562/2024-75)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1/2025 - SEGEO/DITEC/PF

1.1. Contratação de serviço de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de Licenciamento e fornecimento, para visualização e download, de imagens diárias e produtos de sensoriamento remoto satelital de alta resolução cobrindo toda a área de interesse, incluindo alertas analíticos, alertas de detecção de objetos e alertas de detecção de mudanças sobre imagens diárias e respectivo relatório analítico, com gerenciamento e acesso ilimitado via plataforma web analítica e serviços padrão OGC e REST, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licença de visualização ilimitada de imagens diárias atuais e de todo acervo desde 2016 (sendo que este item é a base e delimita a AOI para todos os demais itens contratados), de download de imagens diárias atuais e de todo acervo desde 2016 com quota equivalente a 70% da área de visualização, para uso sob demanda e com recortes de área de pelo menos 1 hectare em imagens diárias multiespectrais (todas as bandas de aquisição do sensor) com licença perpétua, de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias com quota equivalente a 14% da área de visualização, de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias com quota equivalente a 34% da área de visualização, de alertas diários de detecção sobre imagens diárias visuais em 100% da área de visualização, de alertas quinzenais de detecção de plantio de ilícitos sobre imagens diárias com quota de 20.000 km², de alertas diários de detecção de embarcações sobre imagens diárias com quota de 50.000 km², de visualização ilimitada e download de mosaicos mensais (basemaps) RGB e SR atuais, e	949 - Sensoriamento Remoto	km²	10.833.750	8,0300	86.995.012,50

	<p>visualização de mosaicos mensais (basemaps) RGB e SR de todo o acervo desde 2016, de visualização e download de produto raster e vetorial de detecção mensal de indícios de construções e de produto raster e vetorial de detecção mensal de indícios de estradas e de visualização e download de alerta mensal de detecção de mudanças analíticas de estradas em 3.000.000 km² e de construções em 3.000.000 km² sobre imagens diárias.</p> <p>ND: 339039/05</p>					
2	<p>Licença complementar ao item 1 de download de imagens diárias</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	1.000.000	1,3600	1.360.000,00
3	<p>Licença complementar ao item 1 de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias dentro da AOI contratada</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	1.700.000	3,9400	6.698.000,00
4	<p>Licença complementar ao item 1 de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias dentro da AOI contratada</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	4.000.000	3,3800	13.520.000,00
5	<p>Licença complementar ao item 1 de visualização e download de alertas diários de detecção de embarcações sobre imagens diárias</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	100.000	8,2000	820.000,00
6	<p>Licença complementar ao item 1 de alertas quinzenais de detecção de plantio de ilícitos sobre imagens diárias</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	60.000	12,2000	732.000,00
7	<p>Licença de download de imagens diárias a partir de 500.000 km²</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	1.500.000	5,2000	7.800.000,00
8	<p>Licença de download de imagens diárias a partir de 100.000 km²</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	400.000	6,8000	2.720.000,00
9	<p>Licença de download de imagens diárias a partir de 50.000 km²</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	150.000	8,3000	1.245.000,00
10	<p>Licença de download de imagens diárias a partir de 10.000 km²</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	100.000	9,8000	980.000,00
11	<p>Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 500.000 km²</p> <p>ND: 339039/05</p>	949 - Sensoriamento Remoto	km²	1.500.000	8,3880	12.582.000,00

12	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 250.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	1.000.000	9,1200	9.120.000,00
13	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 100.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	400.000	11,4000	4.560.000,00
14	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 30.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	90.000	13,9800	1.258.200,00
15	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 5.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	10.000	14,2789	142.789,00
16	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 1.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	10.000	18,1700	181.700,00
17	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 500.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	1.500.000	7,2000	10.800.000,00
18	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 250.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	1.000.000	8,1000	8.100.000,00
19	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 100.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	400.000	9,8000	3.920.000,00
20	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 30.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	90.000	12,0800	1.087.200,00
21	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 5.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	10.000	12,2566	122.566,00
22	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 1.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	10.000	15,6000	156.000,00

23	Licença de alertas quinzenais de corte seletivo detalhado sobre imagens diárias a partir de 50.000 km² ND: 339039/05	949 - Sensoriamento Remoto	km²	250.000	10,4500	2.612.500,00
24	Capacitação avançada EAD online síncrono para até 60 alunos (CH mínima de 30 horas) ND: 339039/48	21172 - Treinamento qualificação profissional	un	12	14.200,00	170.400,00
25	Capacitação avançada presencial para até 30 alunos (CH mínima de 30 horas) ND: 339039/48	21172 - Treinamento qualificação profissional	un	12	18.100,00	217.200,00
26	Capacitação intermediária "hands on" presencial para até 30 alunos (CH mínima de 16 horas) ND: 339039/48	21172 - Treinamento qualificação profissional	un	24	14.800,00	355.200,00

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ÓRGÃO GERENCIADOR: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	Licença de visualização ilimitada de imagens diárias atuais e de todo acervo desde 2016 (sendo que este item é a base e delimita a AOI para todos os demais itens contratados), de download de imagens diárias atuais e de todo acervo desde 2016 com quota equivalente a 70% da área de visualização, para uso sob demanda e com recortes de área de pelo menos 1 hectare em imagens diárias multiespectrais (todas as bandas de aquisição do sensor) com licença perpétua, de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias com quota equivalente a 14% da área de visualização, de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias com quota equivalente a 34% da área de visualização, de alertas diários de detecção sobre imagens diárias visuais em 100% da área de visualização, de alertas quinzenais de detecção de plantio de ilícitos sobre imagens diárias com quota de 20.000 km², de alertas diários de detecção de embarcações sobre imagens diárias com quota de 50.000 km², de visualização ilimitada e download de mosaicos mensais (basemaps) RGB e SR atuais, e visualização de mosaicos mensais (basemaps) RGB e SR de todo o acervo desde 2016, de visualização e download de produto raster e vetorial de detecção mensal de indícios de construções e de produto raster e vetorial de detecção mensal de indícios de estradas e de visualização e download de alerta mensal de detecção de mudanças analíticas de estradas em 3.000.000 km² e de construções em 3.000.000 km² sobre imagens diárias. ND: 339039/05	km²	8.667.000	10.833.750
2	Licença complementar ao item 1 de download de imagens diárias ND: 339039/05	km²	0	1.000.000
3	Licença complementar ao item 1 de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias dentro da AOI contratada ND: 339039/05	km²	0	1.700.000

4	Licença complementar ao item 1 de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias dentro da AOI contratada ND: 339039/05	km²	0	4.000.000
5	Licença complementar ao item 1 de visualização e download de alertas diários de detecção de embarcações sobre imagens diárias ND: 339039/05	km²	0	100.000
6	Licença complementar ao item 1 de alertas quinzenais de detecção de plantio de ilícitos sobre imagens diárias ND: 339039/05	km²	0	60.000
23	Licença de alertas quinzenais de corte seletivo detalhado sobre imagens diárias a partir de 50.000 km² ND: 339039/05	km²	0	50.000
24	Capacitação avançada EAD online síncrono para até 60 alunos (CH mínima de 30 horas) ND: 339039/48	un	0	2
25	Capacitação avançada presencial para até 30 alunos (CH mínima de 30 horas) ND: 339039/48	un	0	2
26	Capacitação intermediária "hands on" presencial para até 30 alunos (CH mínima de 16 horas) ND: 339039/48	un	0	2

ÓRGÃO PARTICIPANTE: XXXXX				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
7	Licença de download de imagens diárias a partir de 500.000 km² ND: 339039/05	km²	500.000	1.500.000
8	Licença de download de imagens diárias a partir de 100.000 km² ND: 339039/05	km²	100.000	400.000
9	Licença de download de imagens diárias a partir de 50.000 km² ND: 339039/05	km²	50.000	150.000
10	Licença de download de imagens diárias a partir de 10.000 km² ND: 339039/05	km²	10.000	100.000

11	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 500.000 km² ND: 339039/05	km²	500.000	1.500.000
12	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 250.000 km² ND: 339039/05	km²	250.000	1.000.000
13	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 100.000 km² ND: 339039/05	km²	100.000	400.000
14	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 30.000 km² ND: 339039/05	km²	30.000	90.000
15	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 5.000 km² ND: 339039/05	km²	5.000	10.000
16	Licença de alertas diários de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 1.000 km² ND: 339039/05	km²	1.000	10.000
17	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 500.000 km² ND: 339039/05	km²	500.000	1.500.000
18	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 250.000 km² ND: 339039/05	km²	250.000	1.000.000
19	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 100.000 km² ND: 339039/05	km²	100.000	400.000
20	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 30.000 km² ND: 339039/05	km²	30.000	90.000
21	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 5.000 km² ND: 339039/05	km²	5.000	10.000

22	Licença de alertas semanais de detecção de mudanças sobre imagens diárias a partir de 1.000 km² ND: 339039/05	km²	1.000	10.000
23	Licença de alertas quinzenais de corte seletivo detalhado sobre imagens diárias a partir de 50.000 km² ND: 339039/05	km²	50.000	250.000
24	Capacitação avançada EAD online síncrono para até 60 alunos (CH mínima de 30 horas) ND: 339039/48	un	0	12
25	Capacitação avançada presencial para até 30 alunos (CH mínima de 30 horas) ND: 339039/48	un	0	12
26	Capacitação intermediária "hands on" presencial para até 30 alunos (CH mínima de 16 horas) ND: 339039/48	un	0	24

1.1.2. É vedada a participação ou adesão de quaisquer órgãos e entidades públicos neste registro de preços para os itens de 1 a 6, que são exclusivos para a Polícia Federal.

1.1.3. O item 1 representa os mesmos produtos e serviços atualmente disponibilizados na RedeMAIS pelo Programa Brasil MAIS, sendo a cobertura atual representada pelo quantitativo mínimo, e a eventual ampliação da cobertura (item 2.1.4 do Estudo Técnico Preliminar) representada pelo quantitativo máximo.

1.1.4. Os itens de 2 a 6 são itens complementares ao item 1 que, por sua natureza eventual, podem vir a ser necessários ao longo da execução, frente a necessidade de monitoramento de mais áreas.

1.1.5. Os itens de 7 a 22 são destinados exclusivamente aos órgãos e entidades integrantes da Rede do Programa Brasil MAIS - RedeMAIS que necessitam, por contratação própria, complementar produtos ou serviços em relação ao ofertado pelo contrato da Polícia Federal, conforme item 2.1.6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.1.6. Os itens de 23 a 26 são destinados à Polícia Federal e à participação ou adesão pelas demais instituições da RedeMAIS.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço singular, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que consiste em apoio essencial à atividade de monitoramento realizado pela Polícia Federal e instituições parceiras que, se interrompidos, poderão comprometer a continuidade e efetividade das atividades, do Programa Brasil MAIS e da RedeMAIS, impactando diversas políticas públicas, conforme Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Programa Brasil MAIS é o **maior programa operacional de sensoriamento remoto do Brasil**, com mais de **120.000 agentes públicos em 629 instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais integrados pela RedeMAIS** (fonte: <https://redemaisbr.com.br/#/reports>), conforme Nota Técnica nº 7/2025-SEGEO/DITEC/PF (40444611), apêndice do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. A Portaria MJSP nº 535, de 22 de setembro de 2020, instituiu o Programa Brasil MAIS, e em seu art. 8º, inciso I, alínea "b" preceitua que compete à Polícia Federal "coordenar e executar contratações e respectivas fiscalizações de plataformas e ferramentas de apoio eventualmente contratadas para funcionamento do Programa". Nesse sentido, a presente contratação envolve produtos e serviços que permitem operacionalizar um dos segmentos do Programa Brasil MAIS — o sensoriamento remoto com imagens de alta resolução do Subprograma de Consciência Situacional por Sensoriamento Remoto do Ministério da Justiça e Segurança Pública (art. 9º, inciso I, da Portaria MJSP 535/2020) — para atendimento prioritário da demanda da Polícia Federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública e dos 212 órgãos operacionais do SUSP participantes, além de permitir que as demais 415 instituições integrantes da RedeMAIS se beneficiem desse **caso de sucesso de política pública federativa de cooperação**, que é o Programa Brasil MAIS do MJSP.
- 2.3. Assim, para promoção da atuação integrada, em especial, para nivelamento interinstitucional do conhecimento sendo produzido, evitando-se informações contraditórias e insuficientes, tanto o acesso a visualização, detecção de feições e alertas de mudanças, quanto as licenças de uso de imagens devem ser disponibilizados à própria contratante (Polícia Federal), aos órgãos e entidades parceiros que atuam de forma integrada, assim entendidos os órgãos e entidades da RedeMAIS.
- 2.4. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos, bem como a justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

<u>PGC 2025 MJSP</u>	
UASG: DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF (200406)	
Id do item no PCA: 74	
Categoria: Serviço	
Identificador da Futura Contratação: 200406-143/2025	
Nome: Licenciamento e fornecimento de imagens diárias e dados de satélite de alta resolução	
Catálogo: Compras.gov.br (Serviço)	
Classe/Grupo: 839 - OUTROS SERVIÇOS DE NEGÓCIOS, TÉCNICOS E PROFISSIONAIS	
Item: 949 - SENSORIAMENTO REMOTO	
Quantidade estimada: 1	
Valor unitário: 80.434.633,12	
Valor total: 80.434.633,12	

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4.2. O Plano de Logística Sustentável (PLS) do MJSP e da Polícia Federal encontram-se em fase de elaboração; contudo, não há prejuízo à sustentabilidade ambiental pois nesta contratação os serviços não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade por serem prestados, em sua essência, via Internet, exceto para o serviço de suporte que, eventualmente, poderá ser prestado localmente. Nesse sentido, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- b) utilização de equipamentos com maior eficiência na utilização de energia;
- c) utilização preferencial de mão de obra local; e
- d) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos serviços.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual pois o prestador é exclusivo e os serviços e produtos singulares.

Garantia de execução

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor anual da contratação .

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o Contratado deverá apresentá-la, no máximo, em até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.4. Caso o Contratado não opte pelo seguro-garantia, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- 4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

- 4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial .
- 4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .
- 4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.17.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- Vistoria**
- 4.21. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Evento	Prazo inicial	Prazo final

Assinatura do contrato	D	D+0
Início da vigência do contrato e da execução dos serviços	D	D+0
Disponibilização da plataforma devidamente configurada com instituições e usuários cadastrados ao longo do Contrato 18/2020-DITEC/PF	D	D+0
Disponibilização de alertas diários sobre as áreas que correspondam ao Contrato 18/2020-DITEC/PF	D	D+0
Prestação da(s) garantia(s) de execução	D	D+10 dias úteis
Prazos para as entregas dos produtos	Conforme prazo de disponibilização de cada produto¹	

¹ O prazo para início da disponibilização dos produtos demandados está prevista nos itens "Requisitos da Contratação" e "Descrição da Solução como um Todo" do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste TR

5.3. Se o primeiro dia de vigência e de execução do contrato coincidir com o dia posterior ao término da execução do Contrato nº 18/2020-DITEC/PF, todas as entregas de produtos e serviços em execução no Contrato nº 18/2020-DITEC/PF e que tenham equivalentes (idênticos, atualizados, melhorados etc.) na presente contratação deverão ser realizadas de forma ininterrupta.

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.5. A Contratante disponibilizará à Contratada sala com mesas e cadeiras e acesso à Internet para os profissionais de suporte técnico local para atendimento ao item 4.4.25.8 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.6.1. o item 1 deve considerar todos os produtos e serviços atualmente disponibilizados pelo Contrato 18/2020-DITEC/PF, que tem última vigência em 20/09/2025, e que será sucedido pela presente contratação;
- 5.6.2. os demais itens são complementares ao item 1 (exclusivos para contratação pela Polícia Federal) ou de contratação avulsa por qualquer instituição da RedeMAIS interessada;
- 5.6.3. eventuais custos de integração à plataforma da Contratada dos produtos e serviços dos diversos contratos celebrados, bem como a disponibilização desses a todos os usuários da RedeMAIS, conforme política do Comitê-Gestor, está incluído nos custos dos itens contratados; e
- 5.6.4. a contratação de itens avulsos e complementares não inclui outros produtos, serviços, requisitos e especificações descritos nessa contratação.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- a) entrega da base integral (todas as informações armazenadas) de instituições e usuários;
- b) entrega para a Contratante e/ou para a Gestão da RedeMAIS de todas as imagens que sofreram download ao longo da execução do contrato; e
- c) entrega de todos os produtos vetoriais e relatórios produzidos ao longo da execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, mediante confirmação de recebimento.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa nas dependências da Contratante.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.10. A equipe de gestão e fiscalização da execução contratual será composta pelo Gestor da Execução do Contrato e seus auxiliares, fiscal(is) técnico(s) e fiscal(is) administrativo(s). Nos impedimentos do(s) fiscal(is) administrativo(s), o(s) fiscal(is) técnico(s) cumulará(ão) sua(s) atribuição(ões).

6.11. A comunicação entre a Administração e a prestadora de serviços será preferencialmente por e-mail, podendo ser utilizados telefone, whatsapp e qualquer outro meio efetivo em caso de urgência.

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.18.1. Acompanhamento e registro das indisponibilidades dos serviços para cômputo do indicador 1 do IMR;

6.18.2. Acompanhamento e registro das entregas e disponibilizações de produtos para cômputo do indicador 2 do IMR;

6.18.3. Acompanhamento do atendimento das ordens de serviço de abertura de áreas de monitoramento, para cômputo do indicador 3 do IMR;

6.18.4. Verificação amostral mensal no sistema de registro de chamados de suporte técnico quando ao tempo de primeiro atendimento e de conclusão de chamados, para cômputo dos indicadores 4 e 5 do IMR; e

6.18.5. Execução mensal do "script" de apuração dos indicadores 6, 7, e 8 do IMR.

6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.20. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.21. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.22. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.23. Cabe ao gestor do contrato:

6.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo ~~e setorial~~ quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice XI.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. o período de medição mensal tem duração de 1 mês e termo inicial coincidente com o mesmo "dia do mês" da assinatura do contrato;

7.4.2. no prazo de até 10 dias corridos do término do período de medição, a CONTRATADA deverá entregar o relatório de medição mensal, contendo toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7.4.3. o termo inicial para o prazo de recebimento provisório será o envio, por e-mail, do relatório de medição mensal pelo Contratado;

7.4.4. o relatório de medição mensal deverá incluir:

a) informações de Áreas Ativadas para os produtos passíveis de ativação ao longo da execução do contrato, incluindo para cada produto a área total contratada, área total ativada, data da última ativação, % área ativada, saldo de área a ativar (km²), e também um extrato de áreas ativadas no período de medição, incluindo ativações, desativações e realocações;

b) informações sucintas sobre os serviços e produtos previstos nos itens "Descrição da Solução como um Todo" do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, e que foram executados e/ou disponibilizados no período de medição, com a respectiva data e forma/formato/situação de entrega/disponibilização;

c) informações detalhadas sobre os serviços e produtos previstos nos itens "Descrição da Solução como um Todo" do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, e que foram executados e/ou, com a respectiva data e forma/formato/situação de entrega/disponibilização, consumo de quotas, características, classificações, ilustrações, mapas, gráficos, chamados (abertos, fechados e pendentes), capacitações realizadas etc.;

d) indicadores de utilização, incluindo lista das instituições, estatísticas de usuários, acessos, download etc.; e

e) disponibilização dos dados de medição e da apuração de cada indicador do IMR.

7.4.5. caso sejam encontradas inconformidades no relatório, a fiscalização solicitará por e-mail a devida retificação, o que retorna o processo de aferição, para todos os efeitos, para o item 7.4.1 anterior.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 8 (oito) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento:

a) para os itens de 1 a 24: o período de medição mensal; e

b) para os itens de 24 a 26: a conclusão da ação de capacitação.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.46. Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com

o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: consoante apresentado no item 3.5 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, o objeto é singular e há apenas uma empresa estrangeira que pode fornecê-lo, conjugando todos os requisitos, sendo que essa empresa estrangeira possui representante exclusivo no Brasil, o que culmina no procedimento de Inexigibilidade de Licitação, em razão da singularidade do objeto e pela exclusividade do prestador de serviço. Cita-se a conclusão do estudo a esse respeito:

3.5.5. Diante da prospecção de alternativas privadas e públicas e das pesquisas realizadas nessas duas notas técnicas, uma única solução se demonstrou viável e que atende efetivamente os requisitos da contratação. Essa solução é a única no mundo capaz de imagear grandes áreas diariamente, com os mesmos sensores ópticos e geometrias de aquisição, e com alta resolução espacial (< 5 metros), sendo essa solução a da empresa Planet, que faz isso de 2017 até os dias atuais.

3.5.6. No Brasil essa empresa americana tem uma representante exclusiva, que é a empresa SCON Geospatial, que recebe, processa e disponibiliza essa enorme massa de dados espaciais da Planet no Brasil, com alertas de detecção de mudança e de identificação e classificação de alvos de interesse com respectivo relatório analítico, além de disponibilizar portal analítico, geosserviços etc.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será: de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ~~Distrital ou~~ Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11. Prova de regularidade com a Fazenda ~~Distrital ou~~ Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.13. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.14. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.15. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG=

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.16. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.17. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Qualificação Técnica

9.18. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.18.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.20. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.21. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo total da contratação, para registro de preços, é de **R\$ 178.255.767,50 (cento e setenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. O custo da contratação para continuidade da disponibilização, pelo Programa Brasil MAIS, dos produtos e serviços na cobertura e características atuais é de R\$ 69.596.010,00 (sessenta e nove milhões, quinhentos e noventa e seis mil dez reais).

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A Contratada fica autorizada a integrar e disponibilizar os produtos e serviços contratados (imagens, alertas, superalertas, módulos, relatórios etc.) em sua plataforma, beneficiando as instituições da RedeMAIS, conforme política de acesso estabelecida pelo Comitê-Gestor do Programa Brasil MAIS.

12.2. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

ATESTAMOS que o presente Termo de Referência foi elaborado com base no "Termo de Referência único serviços (com, sem, engenharia) e obras Lei 14.133 (**abril/2025**)" dos "Modelos da Lei nº 14.133/21 para Contratação Direta" do portal da **AGU**.

Brasília, DF, na data da assinatura eletrônica.

Elaborado por:

CRISTIANO DA CUNHA DUARTE

Matrícula PF 15.278

Membro

LAURA DIETZSCH

Matrícula PF 17.607

Integrante Técnico

RAYMESON RODRIGUES DE MELO

Matrícula PF 23.343

Integrante Administrativo

CAMILA RAMOS CABRAL

Matrícula PF 12.188

Integrante Administrativo

Conferido por:

LUCIANO LAMPER MARTINEZ

Matrícula PF 14.936

Membro

DANIEL ARAÚJO MIRANDA

Matrícula PF 15.011

Integrante Técnico

DESPACHO:

De acordo.

Conforme declaração da Equipe de Planejamento da Contratação, o presente Termo de Referência tem plena conformidade com o respectivo modelo AGU e a Lei nº 14.133/21 e a IN MPDG nº 5/2017.

À DITEC/PF para aprovação.

CRISTIANO DA CUNHA DUARTE

Chefe do SEGEO/DITEC/PF

APROVAÇÃO:

- 1. Conforme declaração da Equipe de Planejamento da Contratação e da área responsável, o presente Termo de Referência tem plena conformidade com o respectivo modelo AGU e a Lei nº 14.133/21 e a IN MPDG nº 5/2017.
- 2. **APROVO** este Termo de Referência, tendo em vista que a presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico da Polícia Federal, fazendo parte do portfólio de atividades a serem desenvolvidas para o atingimento das missões institucionais do órgão.
- 3. **AUTORIZO** o prosseguimento conforme legislação pertinente.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Diretor Técnico-Científico

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

NÃO SE APLICA

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, **SCCON Geospatial Ltda** declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaborado por:

LAURA DIETZSCH

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 21/09/2025 às 07:19:33.

Despacho: Elaborado por:

RAYMESON RODRIGUES DE MELO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 20/09/2025 às 18:45:14.

Despacho: Elaborado por:

CAMILA RAMOS CABRAL

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 20/09/2025 às 20:11:19.

Despacho: Conferido por:

LUCIANO LAMPER MARTINEZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/09/2025 às 20:02:24.

Despacho: Conferido por:

DANIEL ARAUJO MIRANDA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 20/09/2025 às 19:41:33.

Despacho: De acordo. Conforme equipe de Planejamento da Contratação, o presente está em conformidade com o modelo AGU, a Lei nº 14.133/21 e a IN MPDG nº 5/2017. À DITEC/PF para aprovação.

CRISTIANO DA CUNHA DUARTE

Membro e demandante



Assinou eletronicamente em 20/09/2025 às 18:39:22.

Despacho: APROVO este Termo de Referência, pois a presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico da Polícia Federal. AUTORIZO o prosseguimento conforme legislação pertinente.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/09/2025 às 19:19:05.